

SUMÁRIO EXECUTIVO

ATIVIDADE

O MERCADO DE TRABALHO NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024

Os dados da PNAD Contínua de março apresentaram um mercado de trabalho dinâmico, que continua a criar postos de trabalho sem gerar pressões excessivas para o processo desinflacionário da economia brasileira. A taxa de desocupação média com ajuste sazonal no primeiro trimestre de 2024 foi de 7,4%, menor patamar desde o início de 2015. Entre os setores, o destaque positivo ficou para os setores agropecuário, construção e comércio que criaram juntos cerca de 300 mil postos de trabalho em março na comparação com o trimestre móvel terminado em fevereiro, na série com ajuste sazonal. O destaque negativo foi o setor de transportes, único a apresentar destruição significativa de postos de trabalho. Apesar do aumento do emprego, o crescimento dos rendimentos nominais médios desacelerou em março. O arrefecimento dos salários, somado à deflação observada no IPA, levou nosso indicador do custo de produção das empresas a apresentar variação negativa em março.

BOX 1. ÍNDICE SAFRAPAY DE ATIVIDADE

FISCAL

1º TRIMESTRE ENCORAJADOR, MAS AINDA COM DESAFIOS

Apesar do resultado primário do Governo Central ter sido positivo no primeiro trimestre, houve um déficit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses acumulados até março de 2024. Esse déficit foi impactado pelo pagamento de precatórios que somaram 0,9% do PIB ao final de 2023. Com os dados do 1º trimestre, nossa projeção foi marginalmente ajustada para déficit primário de R\$ 75 bilhões (-0,65% do PIB) para o governo central em 2024 (ante -0,6% do PIB anteriormente), havendo um balanço de riscos simétrico em torno da estimativa.

BOX 2. PRECATÓRIOS EM 2024

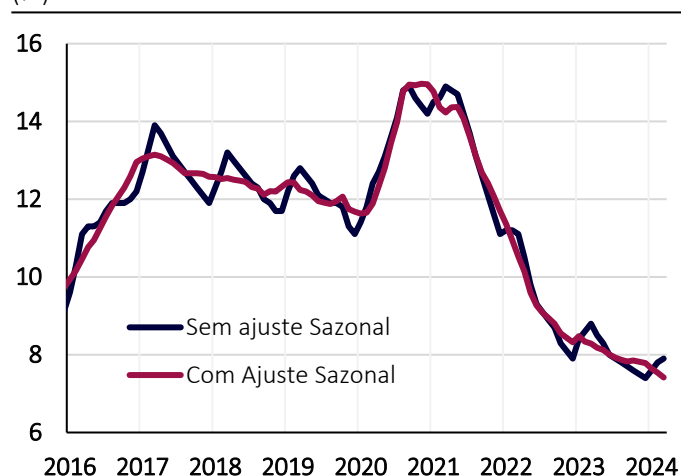
EDUARDO YUKI**ANDRESSA LOPES****FABIO KLEIN****GIOVANNI PAZ****LIVIO MAYA****LUCAS YUKI OKUNO****MAILLIW SERAFIM****MATHEUS MAÇON****MATHEUS ROSIGNOLI****CALENÁRIO ECONÔMICO****SAFRA INDICADORES**Leia mais sobre
Economia e Finanças em**O ESPECIALISTA**

ATIVIDADE – O MERCADO DE TRABALHO NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024

A taxa de desocupação média no primeiro trimestre de 2024 foi de 7,4% na série com ajuste sazonal, uma queda de 0,2% frente ao trimestre móvel encerrado em fevereiro. Com isto, o desemprego atingiu o menor patamar desde primeiro trimestre de 2015. A queda ocorreu devido a um crescimento maior na margem da população ocupada, 0,3%, do que o observado na força de trabalho, 0,1%, sendo que ambas atingiram sua máxima histórica, não obstante um comportamento menos dinâmico da taxa de participação na força de trabalho da população em idade de trabalho (61,9% em março comparado com a média pré-pandemia de 62,9%).

Gráfico 1. Taxa de Desemprego

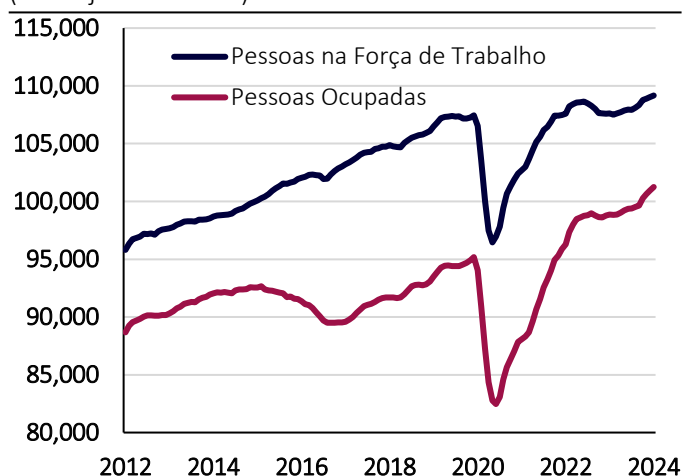
(%)



Fonte: IBGE e Banco Safr.

Gráfico 2. Contingente Populacional

(com ajuste sazonal)

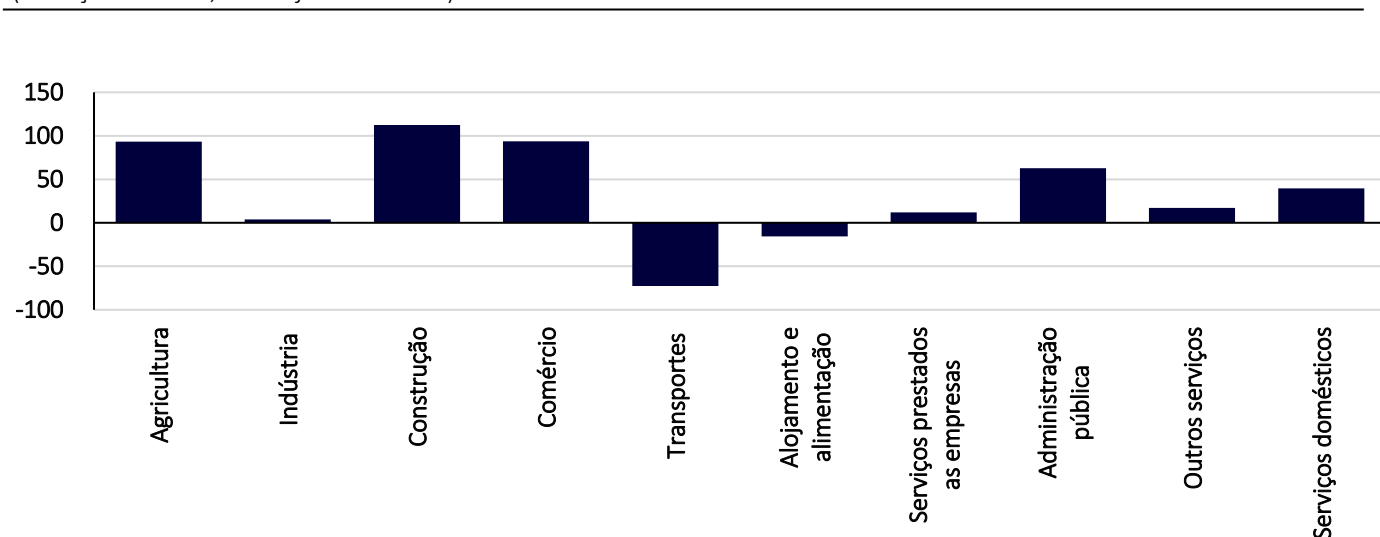


Fonte: IBGE e Banco Safr.

Na abertura setorial, oito dos dez setores pesquisados criaram postos de trabalho em março. O destaque positivo ficou para os setores agropecuário, construção e comércio que criaram juntos cerca de 300 mil postos de trabalho em março na comparação com o trimestre móvel terminado em fevereiro, na série com ajuste sazonal. O destaque negativo foi o setor de transportes, único a apresentar destruição significativa de postos de trabalho (-73 mil).

Gráfico 3. População Ocupada por Setor

(variação mensal, com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE e Banco Safr.

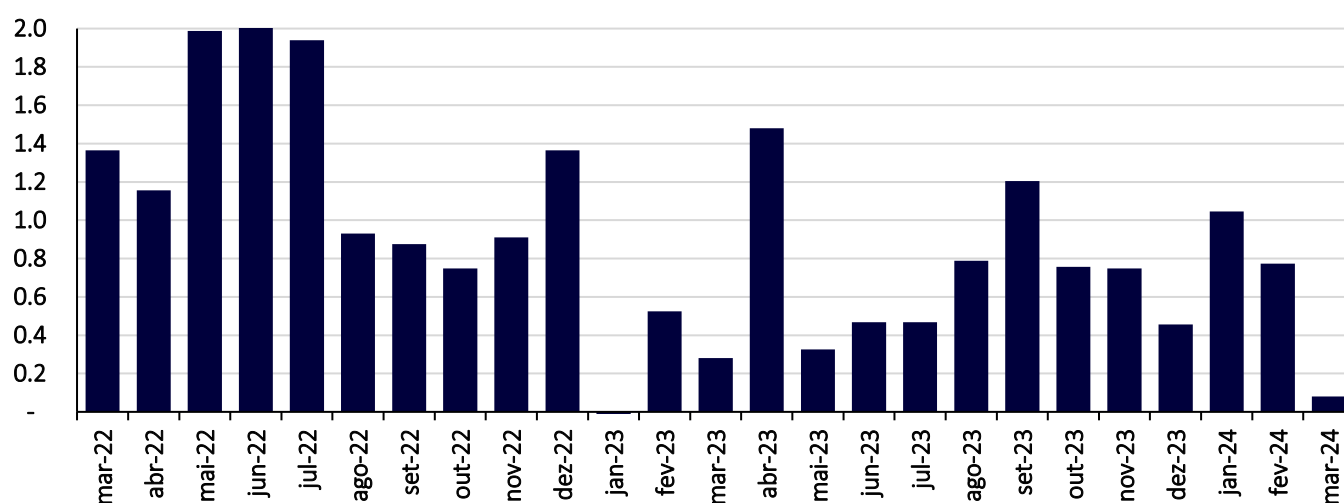
Safrá Semanal – Análise Macroeconômica

Brasil | 03 de maio de 2024

Apesar da redução da taxa de desemprego, o rendimento nominal médio cresceu apenas 0,1% em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal, após alguns meses de expansão mais vigorosa. No primeiro trimestre desse ano, o rendimento nominal subiu 2,2% em relação ao quarto trimestre do ano passado, impulsionado pelo emprego sem carteira de trabalho assinada, tradicionalmente chamado de informal (+2,7%), e conta própria (+3,7%), que incluem trabalhadores autônomos e estão sendo influenciados por novos tipos de contratação de pessoas com maior nível educacional e, conseqüentemente, salarial. Importante observar que o rendimento do trabalhador com carteira de trabalho assinada, que tende a representar melhor os custos de produção das empresas maiores, expandiu apenas 0,9% no período, ou seja uma taxa anualizada abaixo de 4%, e que não considera ganhos de produtividade.

Gráfico 4. Rendimento Médio Nominal Efetivo

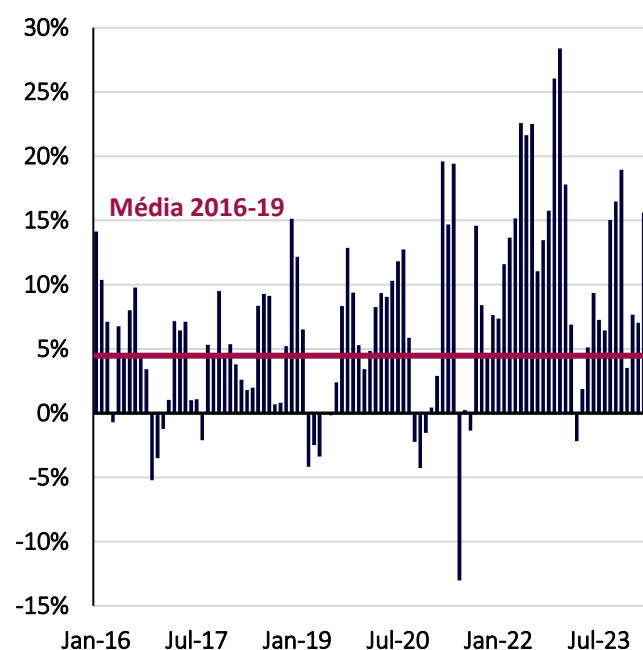
(variação mensal, com ajuste sazonal, %)



Fonte: IBGE e Banco Safrá

Gráfico 5. Rendimento Nominal Conta Própria

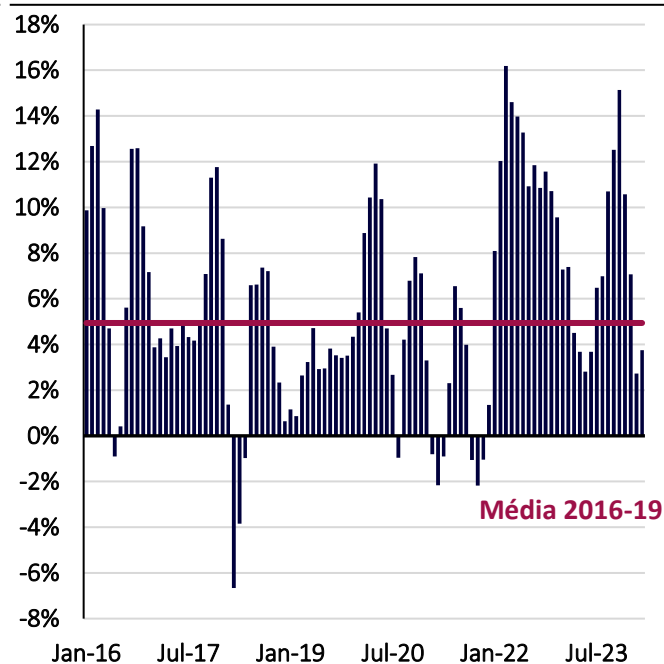
(variação trimestral com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE e Banco Safrá.

Gráfico 6. Rendimento Nominal Carteira de Trabalho

(variação trimestral com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE e Banco Safrá

Safr Semanal – Análise Macroeconômica

Brasil | 03 de maio de 2024

O arrefecimento dos salários, somado à deflação observada nos preços no atacado e à inflação comportada da energia elétrica, levou o nosso indicador do custo de produção das empresas a apresentar **variação negativa em março em relação a fevereiro, com ajuste sazonal**. No primeiro trimestre, esse custo de produção subiu perto de 0,7%, ou seja, apenas 2,9% em termos anualizados, uma das menores variações da série histórica. A variação acumulada em 12 meses do custo das empresas esteve em 4,9% ao final de março, próximo da média de 5,0% de 2017-2019 (Gráfico 7). O modesto aumento dos custos de produção diminui a probabilidade de grandes repasses de preços ao consumidor.

Gráfico 7. Custo de Produção e IPCA

(variação interanual)



Fonte: IBGE e Banco Safr

Historicamente há uma correlação alta entre variação de custos de produção e o IPCA, o que sugere que o IPCA deve permanecer bem-comportado, a despeito da redução da taxa de desemprego, facilitando o BCB continuar reduzindo os juros, ainda que a um passo mais lento, como deverá se dar na próxima reunião do COPOM, com queda de apenas 0,25% na Selic.

BOX 1. Índice Safrapay de Atividade apresenta queda na margem, mas alta na variação interanual

Os Índices Safrapay do Comércio Restrito e Ampliado apresentaram variações levemente negativas na margem. O comércio restrito registrou queda de 0,3% no mês de abril em relação ao mês anterior e alta de 2,8% na comparação interanual. Já o indicador ampliado, que inclui Material de construção e Veículos, partes e peças, fechou o mês com variações de -0,1% m/m e 6,8% a/a. Na variação mensal sazonalmente ajustada, as únicas atividades que apresentaram desempenho positivo foram Supermercados e Veículos, partes e peças, com variações respectivas de 1,4% m/m e 1,8% m/m. Já do lado negativo, destacam-se principalmente as quedas em Móveis e Eletrodomésticos e Materiais de Construção, com variações de -5,4% m/m e -4,8% m/m, respectivamente.

O Índice Safrapay de Atividade de Serviços apresentou variação mensal negativa de 1,6% em abril, após alta de 1,5% em março. Este desempenho fraco foi influenciado principalmente por Serviços prestados às famílias (-4,9% m/m e 1,8% a/a) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-3,4% m/m e 1,3% a/a).

O Índice Safrapay da Atividade Econômica Brasileira, que combina comércio, serviços e indústria, fechou o mês de abril com queda de 1,5% em relação ao mês anterior e alta de 1,4% na comparação interanual. Desta forma, comparando o resultado mensal e interanual dos índices, percebe-se que todos os Índices Safrapay contam a mesma história para o mês de abril: um desempenho mais fraco em relação ao primeiro trimestre, porém ainda forte ao comparar com o mesmo mês no ano anterior.

Tabela Box 1. Brasil: Índices Safrapay

ÍNDICES SAFRAPAY	abr/24	
	% m/m	% a/a
Safrapay Comércio Restrito	-0,3%	2,8%
Supermercados	1,4%	3,7%
Combustíveis	-0,5%	2,6%
Vestuário	-0,4%	1,5%
Móveis e Eletrodomésticos	-5,4%	14,9%
Demais artigos de uso pessoal	-2,9%	-8,7%
Material de Construção	-4,8%	6,4%
Veículos, partes e peças	1,8%	23,1%
Safrapay Comércio Ampliado	-0,1%	6,8%
Safrapay Serviços	-1,6%	3,6%
Prestados às famílias	-4,9%	1,8%
Informação e comunicação	-1,1%	4,1%
Profissionais, administrativos e complementares	-3,4%	1,3%
Transportes	-0,3%	3,4%
Outros	0,4%	13,1%
Safrapay Atividade	-1,5%	1,4%

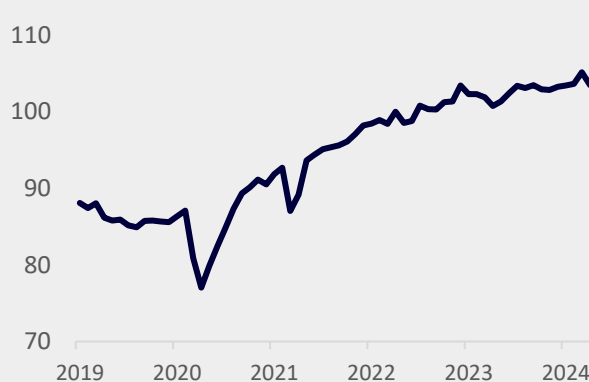
Fonte: Banco Safra

Gráfico Box 1. Índice Safrapay do Comércio (a.s.)



Fonte: Banco Safra

Gráfico Box 2. Índice Safrapay de Serviços (a.s.)



Fonte: Banco Safra

FISCAL – 1º TRIMESTRE ENCORAJADOR, MAS AINDA COM DESAFIOS

Apesar da boa arrecadação, o resultado primário de março foi um pouco pior que o esperado. O Governo Central apresentou déficit de R\$ 1,5 bilhão, contra nossa expectativa de superávit de R\$ 0,5 bilhão e a do mercado de R\$ 1,6 bilhão, conforme mediana da Bloomberg. A receita líquida alcançou R\$ 163,9 bilhões, crescendo 8,3% acima do IPCA em relação ao ano anterior, superando o crescimento real de 4,3% nas despesas primárias, que atingiram R\$ 165,4 bilhões.

O resultado primário do primeiro trimestre foi afetado pela antecipação de precatórios, ficando um pouco abaixo do resultado de 1T23. No trimestre, ao contrário de março, a receita líquida cresceu menos que a despesa, com aumentos respectivos de 9,1% e 12,7% acima da inflação (Tabela 1). Com isso, o resultado primário do primeiro trimestre ficou em R\$ 20,1 bilhões, abaixo dos R\$ 33,4 bilhões acumulados no primeiro trimestre do ano passado, ambos a preços de março de 2024 (deflacionado pelo IPCA). O maior crescimento da despesa se explica em grande parte pelo pagamento antecipado em fevereiro de quase R\$ 30 bilhões em precatórios previstos no orçamento de 2024, ação sem paralelo no começo do ano passado. Excluindo esse fator, o resultado primário do governo central no primeiro trimestre teria sido bem superior ao obtido no mesmo período do ano passado.

As receitas estiveram em alta no primeiro trimestre. No acumulado do 1T24, a receita líquida aumentou R\$ 44,9 bilhões (alta real de 9,1%). As receitas administradas vêm apresentando um bom desempenho no ano, com crescimento real acumulado de 10,8%. Os destaques positivos têm sido Imposto de Importação (10,1%), IPI (22,8%), PIS (23,8%) e COFINS (25,9%). No caso do Imposto de Importação, o resultado decorre do aumento da alíquota média efetiva dos itens importados (efeito composição) e da alta na taxa média de câmbio, atenuados pela redução no valor em dólar dos produtos importados. Já em relação ao IPI, destaca-se positivamente a alta de 8,8% até fevereiro no volume de vendas de automóveis no mercado interno e redução das compensações tributárias, provavelmente refletindo os efeitos iniciais da MP 1202/2023, que limitou o uso de compensações tributárias pelas empresas até limite máximo de R\$ 10 milhões por mês. No caso do PIS/COFINS, além da reoneração integral da tributação do setor de combustíveis, contribuíram para a arrecadação o bom desempenho dos setores de comércio (PMC cresceu 3,8% até fevereiro, ajustado sazonalmente, com destaque para automóveis, peças e partes) e do setor bancário e financeiro. Por outro lado, as receitas com IRPJ/CSLL, que foram destaque positivo no ano passado, vêm apresentando desaceleração, que de acordo com a Receita Federal, seria algo pontual e concentrado em poucas e grandes empresas. Outra rubrica de receita positiva tem sido a arrecadação líquida com RGPS (previdência), com crescimento real acumulado de 6,3% no ano, em linha com o crescimento real da massa salarial, reflexo de um mercado de trabalho forte.

As despesas também estiveram em alta no primeiro trimestre de 2024. A despesa primária total subiu R\$ 58,2 bilhões (12,7% real), já contando com a antecipação de precatórios em fevereiro. Excluindo esse fator, a despesa teria subido apenas R\$ 28 bilhões (6,2% a/a real), inferior portanto à alta da receita líquida de R\$ 44,9 bi, como é esperado com a implementação do Arcabouço Fiscal. Para além dos precatórios, outros gastos cujos volumes e taxas de crescimento se mostraram elevados neste trimestre são previdência (5,3% a/a real), gastos assistenciais como BPC/LOAS (17,2%), despesas obrigatórias e discricionárias em saúde (8,4% e 152,6% respectivamente) e Fundeb (19%). Juntos, esses gastos subiram R\$ 25 bilhões em comparação com mesmo período de 2023 (a preços de mar/24), respondendo por quase toda a alta dos gastos no trimestre, excluindo os precatórios.

Safr Semanal – Análise Macroeconômica

Brasil | 03 de maio de 2024

Tabela 1. Resultado Primário do Governo Central no 1º trimestre

(valores reais – R\$ milhões, IPCA de mar/2024)

Variável	2023	2024	Diferença	Var %
I. RECEITA TOTAL	615.634	670.290	54.656	8,9%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	400.021	443.152	43.130	10,8%
I.1.1 Imposto de Importação	14.094	15.510	1.417	10,1%
I.1.2 IPI	14.265	17.517	3.252	22,8%
I.1.3 Imposto de Renda	206.543	220.636	14.092	6,8%
IRPJ	95.061	94.813	(249)	-0,3%
IRPF	7.151	7.374	222	3,1%
IRRF	104.331	118.449	14.119	13,5%
I.1.4 IOF	15.527	15.854	327	2,1%
I.1.5 COFINS	70.175	86.875	16.700	23,8%
I.1.6 PIS/PASEP	20.770	26.144	5.375	25,9%
I.1.7 CSLL	51.103	54.045	2.942	5,8%
I.1.9 CIDE Combustíveis	(178)	738	916	-513,8%
I.1.10 Outras	7.722	5.832	(1.890)	-24,5%
I.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	142.162	151.189	9.027	6,3%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	73.451	75.949	2.498	3,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	2.088	1.162	(926)	-44,4%
I.4.2 Dividendos e Participações	9.142	9.841	699	7,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	3.930	4.493	563	14,3%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	30.244	29.274	(969)	-3,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	5.633	5.938	305	5,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.427	7.555	128	1,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	0	0	-
I.4.9 Demais Receitas	14.987	17.686	2.699	18,0%
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	123.779	133.501	9.722	7,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	491.855	536.789	44.934	9,1%
IV. DESPESA TOTAL	458.445	516.665	58.220	12,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	202.733	213.420	10.687	5,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	85.136	87.883	2.747	3,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	66.930	102.298	35.368	52,8%
Abono e Seguro Desemprego	20.343	18.388	(1.955)	-9,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	22.362	26.198	3.836	17,2%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	472	454	(18)	-3,8%
FUNDEB (Complem. União)	11.750	13.989	2.238	19,0%
Fundo Constitucional DF	738	1.023	285	38,6%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	3.488	4.013	525	15,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios (custeio e capital)	682	30.172	29.490	4323,7%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.356	4.916	560	12,9%
Demais	2.738	3.145	407	14,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	103.646	113.063	9.418	9,1%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	78.781	82.810	4.029	5,1%
Saúde	31.076	33.672	2.596	8,4%
Demais	47.705	49.138	1.433	3,0%
Discricionárias	24.865	30.253	5.389	21,7%
Saúde	3.683	9.303	5.620	152,6%
Demais	21.182	20.951	(231)	-1,1%
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	33.410	20.124	(13.286)	-39,8%

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Safr

Safr Semanal – Análise Macroeconômica

Brasil | 03 de maio de 2024

Crescimento dos gastos obrigatórios são ponto de preocupação. Os gastos mencionados no parágrafo anterior são gastos rígidos, obrigatórios, protegidos de contingenciamentos e/ou bloqueios. No relatório de avaliação do primeiro bimestre, o governo foi obrigado a bloquear R\$ 2,9 bilhões em gastos discricionários para acomodar o crescimento de gastos obrigatórios como esses para cumprir o teto de gastos do Poder Executivo. Em outras palavras: mesmo com receitas fortes, que por ora garantem o cumprimento do limite inferior da meta de primário, o governo foi obrigado a bloquear despesas, uma vez que está sujeito à regra de gasto máximo. Os gastos previdenciários, principal despesa primária, são um ponto de especial preocupação. Mesmo com o bom desempenho das receitas previdenciárias, a alta dessas despesas tem levado à piora do déficit previdenciário, que acumulou saldo negativo de R\$ 62,2 bi no 1T24, contra R\$ 60,6 bi no 1T23 (a preços de março de 2024). Esse ritmo torna pouco provável o sucesso esperado pelo governo de economizar R\$ 10 bilhões com a implementação do Atestmed, processo eletrônico de atestados médicos que tornaria mais célere a realização de perícias e concessão de benefícios de auxílio-doença, reduzindo a quantidade de meses hoje pagas em função de atrasos na concessão.

O pagamento de precatórios em finais de 2023 pesará no déficit acumulado em 12 meses até novembro de 2024. Em março de 2024, por exemplo, a despesa primária acumulada em 12 meses ficou em 19,9% do PIB, bem acima da receita líquida em 12 meses que ficou em 17,7% do PIB. O déficit em 12 meses continuará grande até o último mês do ano, quando os precatórios de 2021-23 deixarão de influir nessa medida e o resultado primário para 2024 deverá convergir para nossa projeção de -0,65% do PIB.

Com os dados do 1º trimestre, nossa projeção do déficit primário de 2024 (R\$ 75 bilhões ou 0,65% do PIB) foi ligeiramente aumentada em relação aos -0,6% do PIB anteriormente. Há riscos positivos e negativos em torno da estimativa. Do lado positivo, é provável que os impactos da desoneração da folha do setor privado e dos municípios seja inferior ao que estamos imputando (R\$ 21,8 bilhões), dada a suspensão dos efeitos dessas medidas pelo STF e a provável negociação que a ela deve seguir. Além disso, não estamos incorporando qualquer efeito da MP 1202/23 no tocante às compensações tributárias, que segundo o governo poderia adicionar R\$ 24 bilhões em receitas. Apesar de dados recentes do IPI sugerirem que o limite a essas compensações está dando resultado, eles não são suficientes para ter certeza desse fenômeno. Do lado negativo, há o risco de certas medidas legislativas para aumento das receitas tributárias terem um desempenho abaixo do previsto pelo governo (R\$ 168 bi), aproximando-se dos R\$ 106 bi brutos estimados pelo Banco Safr.

BOX 2. Gastos com Precatórios em 2024

- Para elaboração da LOA 2024, em respeito à emenda constitucional (EC) 114/2021, ficou estabelecido o limite de R\$ 44,8 bilhões para despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs). O orçamento previu gasto de R\$ 29,4 bilhões com RPVs, cujo pagamento é prioritário em relação aos precatórios. Assim, o desembolso para precatórios estaria limitado ao valor restante, de R\$ 15,4 bilhões.

- Os precatórios expedidos pela Justiça para constarem no orçamento de 2024 totalizaram R\$ 57,5 bilhões. Desses, R\$ 10,5 bilhões são relativos à complementação da União ao Fundef, que pela EC 114/2021, não se sujeitam ao limite de pagamentos de precatórios. Desta forma, os R\$ 47,0 bilhões restantes superariam o limite de pagamento em R\$ 31,6 bilhões. O volume excedente de precatórios, de quase R\$ 32 bilhões, foi pago na antecipação de pagamentos ocorrida em dez/23 com a autorização do STF para quitação do passivo acumulado de precatórios.

- Em resumo, as despesas judiciais totais referentes à 2024 somam R\$ 98 bi, sendo R\$ 66,4 bi de previsão regular dentro das regras e R\$ 32 bi de precatórios acumulados, mas pagos em 2023. A tabela abaixo resume os valores previstos, pagos até abril e o saldo restante de precatórios para 2024.

Tabela Box 2. Abertura dos Precatórios em 2024 (R\$ bilhões)

TOTAL DE PAGAMENTOS PREVISTOS PELA LOA PARA 2024 (A)	66,4
<i>RPV</i>	29,4
<i>Precatório (dentro do teto)</i>	16,0
<i>Precatórios Fundef (fora do teto)</i>	12,2
<i>Outros (fora teto)</i>	8,8
PAGO ATÉ ABRIL 2024 (B)	39,9
<i>RPV</i>	9,5
<i>Precatório (dentro do teto)</i>	15,6
<i>Precatórios Fundef (fora do teto)</i>	11,9
<i>Outros (fora teto)</i>	3,0
SALDO A PAGAR DE MAIO A DEZ 2024 (C = A - B)	26,5
<i>RPV</i>	19,9
<i>Precatório (dentro do teto)</i>	0,4
<i>Precatórios Fundef (fora do teto)</i>	0,3
<i>Outros (fora teto)</i>	5,8
TOTAL DE PRECATÓRIOS DE 2024 ANTECIPADO EM DEZ/2023 (D)	32,2
TOTAL DE SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS REFERENTE AO ANO DE 2024 (E = A + D)	98,6

Fonte: Consultorias de Orçamentos da Câmara e do Senado (Informativo PLOA 2024, de setembro de 2023), SIGA Brasil e Banco Safra

DESTAQUES DA SEMANA**BRASIL****Dados do Setor Público**

	ANTERIOR	SAFRA
Dívida Líquida (% do PIB)	60,9	60,5
Resultado Primário (R\$ bilhões)	-48,5	-8,5

O setor público consolidado deve atingir déficit primário de R\$ 8,5 bi em março, uma melhora frente ao déficit de R\$ 14,2 bi em mar/23. O desempenho deve ser favorecido pela melhor performance do governo central, cujo déficit de R\$ 1,5 bi divulgado pelo Tesouro apontou melhora frente ao déficit de R\$ 9,7 bi em mar/23. Já o conjunto de estados, municípios e estatais deve apresentar saldo negativo de quase R\$ 7 bi, inferior ao déficit de R\$ 4,5 bi do mesmo mês do ano passado. Com isso, o setor público deverá encerrar o primeiro trimestre superavitário em R\$ 45 bi ante R\$ 58,4 bi no 1T23.

BRASIL**Pesquisa Mensal do Comércio**

	ANTERIOR	SAFRA
Ampliada - (M/M %)	1,2	-0,1
Ampliada - (A/A %)	9,7	-1,9
Restrita - (M/M%)	1,0	-0,2
Restrita - (A/A%)	8,2	5,3

Na próxima quarta-feira o IBGE deverá divulgar os dados da Pesquisa Mensal do Comércio referente ao mês de março. Esperamos que após dois meses de fortes altas, as vendas do varejo devem mostrar acomodação em março e que a PMC apresente leve queda na margem em março tanto no conceito restrito como no ampliado.

BRASIL**Índice de Preços ao Consumidor**

	ANTERIOR	SAFRA
(M/M %)	0,16	0,36
(A/A %)	3,93	3,67

Na próxima sexta-feira o IBGE deverá divulgar os dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) referente ao mês de abril. Nossa expectativa é de uma variação de 0,36% em relação ao mês anterior. Esperamos uma leve alta no índice em comparação ao mês anterior devido a reajustes de medicamentos, autorizados pela ANS no começo do mês. Além disso, deve haver uma pressão em combustíveis, com forte aceleração esperada para o etanol. Por outro lado, esperamos um arrefecimento no grupo de Despesas Pessoais por conta do fim da alta de ingressos de cinema.

BRASIL**Decisão de Política Monetária**

Na próxima quarta-feira o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) deve divulgar o novo valor da taxa Selic. Conforme sinalizado por integrantes do colegiado, a maior incerteza e volatilidade devem motivar uma desaceleração no ritmo de corte da taxa básica de juros. Assim, a Selic deve baixar de 10,75% a. a. para 10,50% a. a.

Safrá Semanal – Análise Macroeconômica
Brasil | 03 de maio de 2024

CALENDÁRIO ECONÔMICO

SEMANA DE 05 A 11 DE MAIO									
PAÍS	HORA (BR)	EVENTO	REFERÊNCIA	UNIDADE	ANTERIOR	CONSENSO	SAFRA	RELEVÂNCIA	
DOMINGO, 05									
China	22:45	Caixin: PMI Índice composto	abr/24	pontos	52,7	---	---	●	
SEGUNDA-FEIRA, 06									
Alemanha	04:55	PMI: Índice Composto	abr/24	pontos	50,5	50,5	---	●	
Z. do Euro	05:00	Índice PMI Composto - Revisão	abr/24	pontos	51,4	51,4	---	●	
Z. do Euro	06:00	Índice de preços ao produtor (PPI)	mar/24	A/A %	-8,3	-7,7	---	●	
Brasil	08:25	BCB: Pesquisa Focus	03/mai	---	---	---	---	●	
Brasil	08:30	BCB: Resultado primário do setor público	mar/24	R\$ bilhões	-48,7	---	-8,5	●	
Brasil	08:30	BCB: Dívida líquida do setor público	mar/24	% do PIB	60,9	---	60,5	●	
EUA	15:00	Pesquisa sobre Condições de Crédito (SLOOS)	---	---	---	---	---	●	
TERÇA-FEIRA, 07									
Alemanha	03:00	Encomendas industriais	mar/24	M/M %	0,2	0,5	---	●	
Z. do Euro	06:00	Vendas no varejo	mar/24	M/M %	-0,5	0,7	---	●	
Brasil	15:00	MDIC: Balança comercial mensal	abr/24	US\$ bilhões	7,5	---	---	●	
QUARTA-FEIRA, 08									
Alemanha	03:00	Produção industrial	mar/24	M/M %	2,1	-0,9	---	●	
Brasil	09:00	IBGE: Vendas no varejo restrito	mar/24	M/M %	1,0	-0,3	-0,2	●	
Brasil	09:00	IBGE: Vendas no varejo ampliado	mar/24	A/A %	8,2	4,9	5,3	●	
Brasil	09:00	IBGE: Vendas no varejo ampliado	mar/24	M/M %	1,2	0,8	-0,1	●	
Brasil	18:30	Copom: Decisão da taxa de juros	08/mai	%	10,75	10,50	10,50	●	
Brasil	---	Anfavea: Produção de veículos	abr/24	mil unidades	195,8	---	---	●	
QUINTA-FEIRA, 09									
Reino Unido	08:00	BoE: Decisão da taxa de juros	09/mai	%	5,25	5,25	---	●	
SEXTA-FEIRA, 10									
Reino Unido	03:00	Produto interno bruto (PIB)	1T24	T/T %	-0,3	0,4	---	●	
Reino Unido	03:00	Produção industrial	mar/24	M/M %	1,1	-0,5	---	●	
Brasil	09:00	IBGE: IPCA	abr/24	M/M %	0,16	0,35	0,36	●	
EUA	11:00	Confiança do consumidor (Univ. de Michigan) - Preliminar	mai/24	A/A %	3,93	3,66	3,67	●	
China	22:30	Índice de preços ao consumidor (CPI)	abr/24	pontos	77,2	77,0	---	●	
China	22:30	Índice de preços ao produtor (PPI)	abr/24	A/A %	0,1	0,1	---	●	
China	22:30	Índice de preços ao produtor (PPI)	abr/24	A/A %	-2,8	-2,3	---	●	
NA SEMANA									
China	---	Balança comercial	abr/24	US\$ bilhões	58,6	81,4	---	●	
China	---	Importações	abr/24	A/A %	-1,9	4,0	---	●	
China	---	Exportações	abr/24	A/A %	-7,5	1,5	---	●	

* Fonte: Bloomberg (atualizado em 03/05/2024)

Safr Semanal – Análise Macroeconômica

Brasil | 03 de maio de 2024

SAFRA INDICADORES

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
I - ATIVIDADE ECONÔMICA								
Varição Real do PIB	1,3%	1,8%	1,2%	-3,3%	5,0%	2,9%	2,9%	2,5%
PIB (R\$ bilhões correntes)	6.585	7.004	7.389	7.610	9.012	10.080	10.856	11.628
PIB (US\$ bilhões correntes)	2.063	1.917	1.873	1.476	1.649	1.920	2.176	2.398
Tx. De Desemprego Nacional (média no ano)	12,6%	12,2%	11,8%	13,8%	14,0%	9,6%	7,8%	8,0%
II - SETOR EXTERNO **								
Balança Comercial (US\$ bilhões)	57	43	27	32	36	44	81	83
Exportações (US\$ bilhões)	218	240	226	211	284	341	344	351
Importações (US\$ bilhões)	161	196	199	178	248	296	264	268
Saldo em Conta Corrente (US\$ bilhões)	-25	-55	-68	-28	-46	-48	-29	-20
Conta Corrente (% do PIB)	-1,2%	-2,9%	-3,6%	-1,9%	-2,8%	-2,5%	-1,3%	-0,8%
Investimento Direto no País (IDP) (US\$ bilhões)	69	78	69	38	46	91	62	65
IDP (% do PIB)	3,3%	4,1%	3,7%	2,6%	2,8%	4,7%	2,8%	2,7%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$) - Final de período	3,31	3,87	4,03	5,20	5,58	5,22	4,86	4,80
Variação Cambial	1,5%	17,1%	4,0%	28,9%	7,4%	-6,5%	-6,1%	-2,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$) - Média do período	3,19	3,65	3,95	5,16	5,40	5,16	4,99	4,85
Variação Cambial	-8,3%	14,5%	8,0%	30,7%	4,6%	-4,3%	-3,3%	-3,2%
III - SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)								
Resultado Primário (R\$ bilhões)	-111	-108	-62	-703	65	126	-249	-66
Resultado Primário (% do PIB)	-1,7%	-1,5%	-0,8%	-9,4%	0,7%	1,3%	-2,3%	-0,6%
Resultado Nominal	-7,8%	-7,0%	-5,8%	-13,6%	-4,4%	-4,6%	-8,9%	-6,6%
Dívida Bruta	73,7%	75,3%	74,4%	86,9%	78,3%	72,9%	74,3%	76,0%
IV - INFLAÇÃO								
IPCA	2,9%	3,7%	4,3%	4,5%	10,1%	5,8%	4,6%	3,5%
IGP-M	-0,5%	7,5%	7,3%	23,1%	17,8%	5,5%	-3,2%	2,0%
Deflator implícito do PIB	3,7%	4,5%	4,2%	6,5%	11,4%	9,5%	4,7%	4,5%
V - JUROS								
Taxa Selic - Meta (Final de Período)	7,00%	6,50%	4,50%	2,00%	9,25%	13,75%	11,75%	9,50%
Taxa Selic - Média do Período	9,83%	6,56%	5,92%	2,81%	4,81%	12,63%	13,25%	10,44%
VI - ECONOMIA INTERNACIONAL								
EUA - Varição Real do PIB	2,2%	2,9%	2,3%	-2,8%	5,9%	2,1%	2,5%	2,2%
EUA - Taxa Básica de Juros (Fed funds) ***	1,4%	2,4%	1,6%	0,1%	0,1%	4,4%	5,4%	4,9%

* Informações em vinho indicam projeções do Banco Safr

** Ótica do Balanço de Pagamentos (BCB)

*** Média do intervalo do objetivo do Fed funds.

Safr Semanal – Análise Macroeconômica

Brasil | 03 de maio de 2024

ANÁLISE MACROECONÔMICA

EDUARDO YUKI

ANDRESSA LOPES

FABIO KLEIN

GIOVANNI PAZ

LÍVIO MAYA

LUCAS YUKI

MAILLIW SERAFIM

MATHEUS MAÇON

MATHEUS ROSIGNOLI

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

I - ESTE RELATÓRIO FOI DESENVOLVIDO E PUBLICADO PELO DEPARTAMENTO DE PESQUISA MACROECONÔMICA DO BANCO SAFRA ("SAFRA"). ESTE RELATÓRIO NÃO É UM PRODUTO DO DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE AÇÕES DO BANCO SAFRA OU DA SAFRA CORRETORA DE VALORES E NÃO DEVE SER CONSIDERADO UM RELATÓRIO DE ANÁLISE PARA OS FINS DA RESOLUÇÃO CVM 20.

II - ESTE RELATÓRIO TEM COMO OBJETIVO ÚNICO FORNECER INFORMAÇÕES MACROECONÔMICAS E NÃO CONSTITUI E NEM DEVE SER INTERPRETADO COMO SENDO UMA OFERTA OU RECOMENDAÇÃO DE COMPRA E/OU VENDA OU COMO UMA SOLICITAÇÃO DE UMA OFERTA DE COMPRA E/OU VENDA DE QUALQUER INSTRUMENTO FINANCEIRO, OU DE PARTICIPAÇÃO EM UMA DETERMINADA ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS EM QUALQUER JURISDIÇÃO. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE RELATÓRIO FORAM CONSIDERADAS RAZOÁVEIS NA DATA EM QUE O RELATÓRIO FOI DIVULGADO E FORAM OBTIDAS DE FONTES PÚBLICAS CONSIDERADAS CONFIÁVEIS. ENTRETANTO, O SAFRA NÃO DÁ NENHUMA SEGURANÇA OU GARANTIA, SEJA DE FORMA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, SOBRE A INTEGRIDADE, CONFIABILIDADE OU EXATIDÃO DESSAS INFORMAÇÕES. ESTE RELATÓRIO TAMBÉM NÃO TEM A INTENÇÃO DE SER UMA RELAÇÃO COMPLETA OU RESUMIDA DOS MERCADOS OU DESDOBRAMENTOS NELE ABORDADOS. O SAFRA NÃO POSSUI QUALQUER OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR, MODIFICAR OU ALTERAR ESTE RELATÓRIO E INFORMAR O RESPECTIVO LEITOR.

III - AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTE RELATÓRIO REFLETEM ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AS VISÕES E OPINIÕES PESSOAIS DO ANALISTA RESPONSÁVEL PELO CONTEÚDO DESTE MATERIAL NA DATA DE SUA DIVULGAÇÃO E FORAM PRODUZIDAS DE FORMA INDEPENDENTE E AUTÔNOMA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AO BANCO SAFRA, À SAFRA CORRETORA DE VALORES E DEMAIS EMPRESAS DO GRUPO ECONÔMICO DO SAFRA.

IV - ESTE RELATÓRIO NÃO PODE SER REPRODUZIDO OU REDISTRIBUÍDO PARA QUALQUER OUTRA PESSOA, NO TODO OU EM PARTE, QUALQUER QUE SEJA O PROPÓSITO, SEM O PRÉVIO CONSENTIMENTO POR ESCRITO DO BANCO SAFRA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DISCUTIDOS NESTE RELATÓRIO ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS MEDIANTE SOLICITAÇÃO. O SAFRA E/OU QUALQUER OUTRA EMPRESA DE SEU GRUPO ECONÔMICO NÃO SE RESPONSABILIZA E TAMPOUCO SE RESPONSABILIZARÁ POR QUAISQUER DECISÕES, DE INVESTIMENTO OU E OUTRA, QUE FOREM TOMADAS COM BASE NOS DADOS AQUI DIVULGADOS. QUESTÕES ACERCA DOS TÓPICOS ABORDADOS NESSE RELATÓRIO DEVEM SER ENVIADAS DIRETAMENTE AO SEU GERENTE DE CONTA OU OUTROS CONSULTORES DO BANCO SAFRA.

V - ESSE MATERIAL PODE CONTER ENDEREÇOS E HYPERLINKS PARA WEBSITES DE TERCEIROS. O BANCO SAFRA NÃO É RESPONSÁVEL PELO CONTEÚDO DOS ENDEREÇOS INCLUÍDOS NESSE RELATÓRIO E TAIS ENDEREÇOS E HYPERLINKS SÃO FORNECIDOS APENAS PARA SUA INFORMAÇÃO. O CONTEÚDO DESSES ENDEREÇOS TAMBÉM NÃO SE CONSTITUI, SOB NENHUMA HIPÓTESE, COMO ALGO PRODUZIDO PELO BANCO SAFRA.

OBSERVAÇÃO ADICIONAL: ESTE MATERIAL NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO OS OBJETIVOS, SITUAÇÃO FINANCEIRA OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE QUALQUER CLIENTE EM PARTICULAR. OS CLIENTES PRECISAM OBTER ACONSELHAMENTO FINANCEIRO, LEGAL, CONTÁBIL, ECONÔMICO, DE CRÉDITO E DE MERCADO INDIVIDUALMENTE, COM BASE EM SEUS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS ANTES DE TOMAR QUALQUER DECISÃO FUNDAMENTADA NA INFORMAÇÃO AQUI CONTIDA. AO ACESSAR ESTE MATERIAL, VOCÊ DECLARA E CONFIRMA QUE COMPREENDE OS RISCOS RELATIVOS AOS MERCADOS ABORDADOS NESTE RELATÓRIO E ÀS LEIS EM SUA JURISDIÇÃO REFERENTES A PROVISÃO E VENDA DE PRODUTOS DE SERVIÇO FINANCEIRO. VOCÊ RECONHECE QUE ESTE MATERIAL CONTÉM INFORMAÇÕES PROPRIETÁRIAS E CONCORDA EM MANTER ESTA INFORMAÇÃO SOMENTE PARA SEU USO EXCLUSIVO.

CENTRAL DE SUPORTE PESSOA JURÍDICA
CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO: (11) 3175 8248
DEMAIS LOCALIDADES: 0800 015 7575
ATENDIMENTO PERSONALIZADO DE 2ª A 6ª FEIRA, DAS 8H ÀS 19H30, EXCETO FERIADOS.

CENTRAL DE ATENDIMENTO SAFRA: 0300 105 1234
ATENDIMENTO PERSONALIZADO DE 2ª A 6ª FEIRA, DAS 9H ÀS 19H, EXCETO FERIADOS.

SAC - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE: 0800 772 5755 - ATENDIMENTO 24 HORAS, 7 DIAS POR SEMANA.

OUIDORIA (CASO JÁ TENHA RECORRIDO AO SAC E NÃO ESTEJA SATISFEITO/A): 0800 770 1236
DE 2ª A 6ª FEIRA, DAS 9H ÀS 18H, EXCETO FERIADOS.